



Migração internacional, dinâmica demográfica e desafios para o dimensionamento da comunidade brasileira no exterior[§]

Juarez de Castro Oliveira¹

1. Introdução

Até o período que compreende o final da década de 1940 e o início do decênio seguinte, o saldo migratório internacional no Brasil era considerado positivo, uma vez que as correntes migratórias oriundas de outros países superavam aquelas constituídas por brasileiros que intencionavam fixar residência no exterior. Na verdade, desde a chegada dos primeiros portugueses, o Brasil se caracterizava por ser um país receptor de estrangeiros, fossem eles os próprios colonizadores, os religiosos catequistas, os invasores europeus – franceses e holandeses -, os escravos vindos da África, a mão-de-obra importada para os grandes latifúndios, antes dependente do trabalho escravo, os refugiados de guerra, entre outros grupos que chegaram ao país, estabelecendo-se em colônias nas Regiões Sudeste e Sul, muitas das quais mantendo preservadas suas tradições culturais originais.

Encerrados, então, os últimos grandes movimentos migratórios internacionais para o Brasil, aqueles formados por europeus refugiados da Segunda Grande Guerra Mundial, as trocas populacionais entre estrangeiros e brasileiros praticamente se compensavam, tornando o saldo migratório líquido internacional tão próximo de zero que, a partir de 1950, não tem sido considerado nas projeções populacionais elaboradas para o Brasil.

Neste documento, não constituem objetos de abordagens os aspectos sócio-econômicos e culturais, políticos, étnicos, ou mesmo religiosos que podem, em maior ou menor escala, motivar ou determinar a migração internacional no Brasil. Mas, é certo que, em nível planetário, os expressivos e céleres avanços tecnológicos no campo das comunicações entre os povos, associados à chamada globalização, propiciaram o intercâmbio de culturas, uma aproximação mais estreita entre os povos e, até mesmo, o deslocamento entre países e continentes de pessoas de distintas nacionalidades, tradições, costumes e crenças.

No caso específico brasileiro, paira uma grande incerteza no ambiente técnico-científico quanto aos exatos efetivos de brasileiros que teriam começado a sair do país, supostamente, entre o final da década de 1970 e o início dos anos

§ O autor agradece às observações e sugestões do Demógrafo Luiz Antonio Pinto de Oliveira, Coordenador da Coordenação de População e Indicadores Sociais, da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

¹ Estatístico e Demógrafo. Gerente de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, da Coordenação de População e Indicadores Sociais, da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

1980, um ciclo cuja principal causa pode estar associada à instabilidade econômica da década de 1980 e a conseqüente perda do poder aquisitivo das pessoas. A esse respeito, existem algumas fontes de dados e estimativas elaboradas com base em metodologias distintas que dão conta de números que superam a marca de 1 milhão de pessoas em estoque.

É importante reafirmar que, em se tratando, por exemplo, de estruturas populacionais de países latino-americanos e caribenhos (e o Brasil se inclui nesta categoria), a migração internacional poderá adquirir um papel de protagonista (adiantando-se, desde já, a questão sobre o saldo migratório internacional negativo) nos respectivos crescimentos demográficos nacionais, tendo em vista as baixas taxas de incrementos populacionais, decorrentes dos acentuados declínios da fecundidade, combinado ao relativo aumento da longevidade. Em países pouco populosos da Região e que experimentam todos ou quase todos esses fenômenos demográficos, tal combinação constitui um fato concreto que traz consigo preocupações e incertezas, particularmente para as Nações com potencial de crescimento econômico e para aquelas que já registram aquecimento significativo de suas economias, pois dependerão mais e mais de trabalhadores qualificados para atender às exigências do mercado laboral cada vez mais seletivo e competitivo. E em países da América Latina e Caribe, onde há persistência de baixos níveis de remuneração pelo trabalho qualificado, a fuga de cérebros é um fenômeno que certamente perdurará por longo tempo.

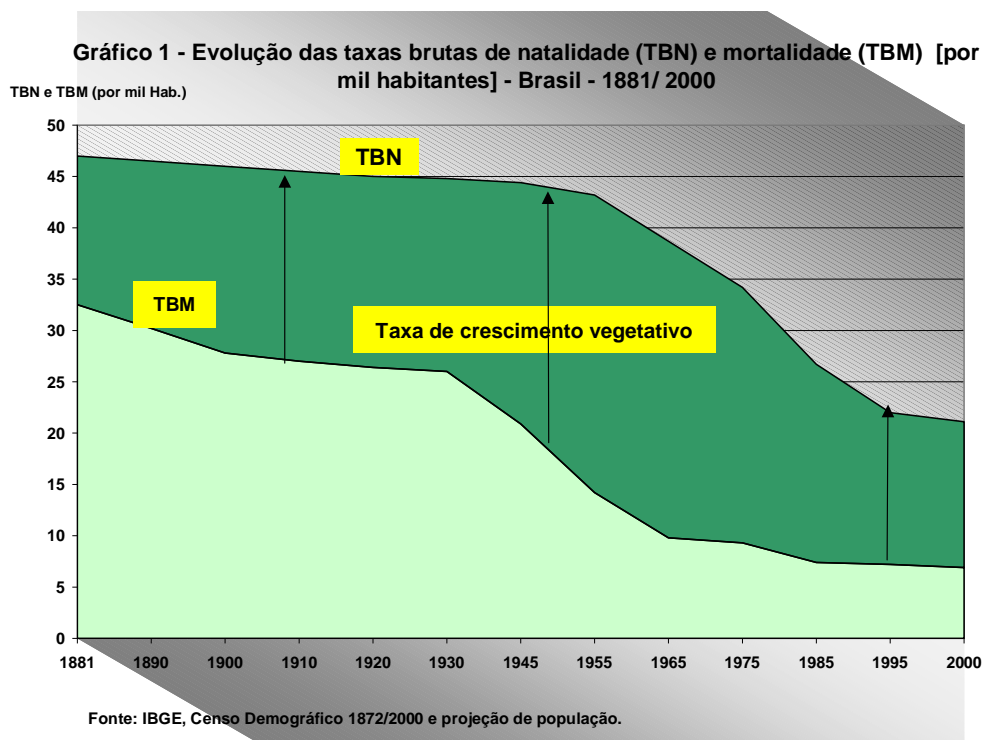
2. Transição demográfica e projeções da população

É importante tecer, ainda que em linhas bastante gerais, alguns comentários sobre o processo de transição demográfica brasileiro. Nesse sentido, destaca-se que desde o século XIX até meados da década de 1940, o Brasil caracterizou-se pela prevalência de altas taxas de natalidade e de mortalidade. A partir deste período, com a incorporação às políticas de saúde pública dos avanços da medicina, particularmente, os antibióticos recém descobertos na época e importados no pós-guerra, o Brasil experimentou uma primeira fase de sua transição demográfica, caracterizada pelo início da queda das taxas de mortalidade. Contudo, observou-se, também, a permanência das altas taxas de natalidade, ocasionando elevadas taxas de crescimento populacional: 2,39%, na década de 1940 e 2,99% na década de 1950. As taxas de natalidade, por sua vez, somente iniciam sua trajetória de declínio em meados da década de 1960, período em que ocorre a introdução e a paulatina difusão dos métodos anticoncepcionais orais no Brasil. Com isso, no decênio 1960 - 1970 já se observa uma discreta diminuição da taxa de crescimento populacional (2,89%), fenômeno que se confirma ao longo dos dez anos seguintes, quando se constata uma taxa de crescimento de 2,48% (Gráfico 1).

Na década de 1970, tanto a mortalidade quanto à fecundidade encontravam-se em franco processo de declínio de seus níveis gerais. Mas, nos anos 80, a

aceleração do ritmo e diminuição da taxa de natalidade, devido à propagação da esterilização feminina no País, concorreu para a continuidade das quedas das taxas de crescimento (1,93% entre 1980 e 1991 e 1,64% entre 1991 e 2000).

A experiência brasileira pode ser comparada com os processos de transição demográfica vivenciados por grande parte dos países em desenvolvimento, particularmente os latino-americanos, fazendo emergir interpretações, algumas até mesmo polêmicas, sobre a participação do contingente populacional nos estágios e respectivas políticas de desenvolvimento econômico.

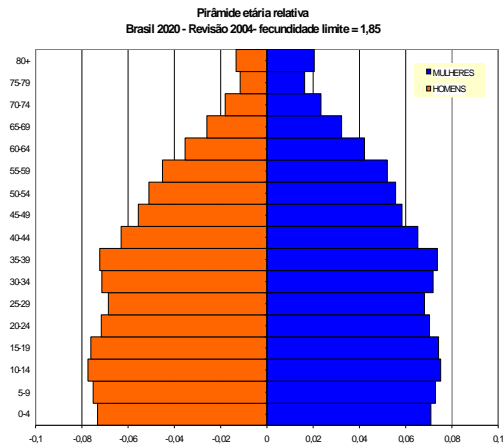
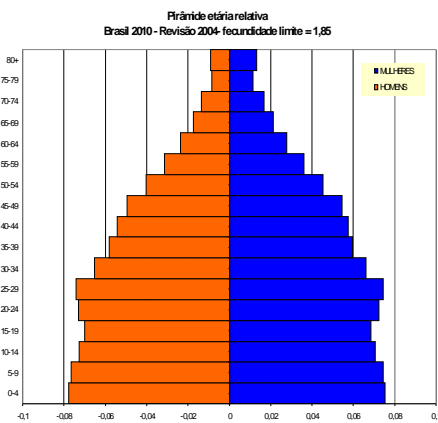
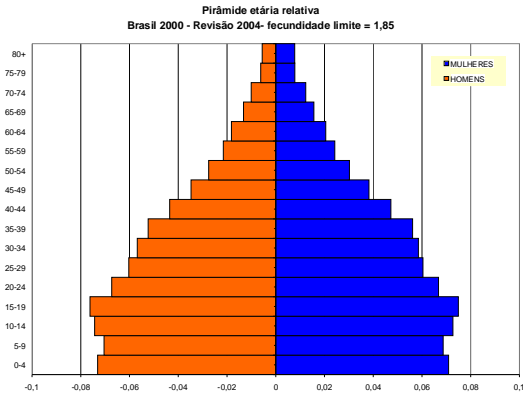
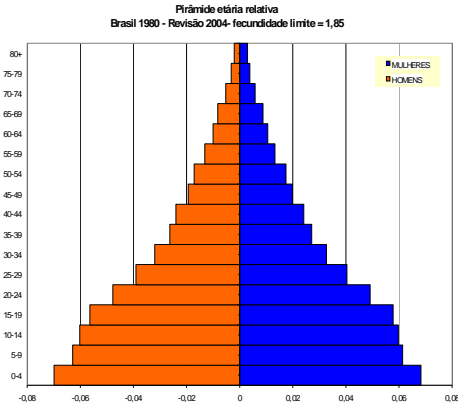


Nesta primeira década do século XXI, tanto a mortalidade, cujo patamar expresso em termos da esperança de vida ao nascer já supera os 72 anos para ambos os sexos, quanto a fecundidade, que já apresenta, em escala nacional, taxa de fecundidade total abaixo do nível de reposição das gerações (1,99 filhos por mulher, segundo a PNAD 2006) seguiram em seus respectivos processos declinantes, mostrando claramente as transformações pelas quais vem passando o perfil demográfico da população brasileira. Este perfil caracteriza-se, primordialmente, por apresentar uma composição etária cada vez mais envelhecida, com um excedente feminino em franca elevação. O aumento paulatino do peso da população adulta e, sobretudo da idosa, em relação à população total é claramente evidenciado nas pirâmides etárias relativas que se seguem. Elas foram elaboradas com base em simulações de projeções populacionais, partindo de 1980, seguindo três hipóteses acerca do limite para

o qual tenderá a fecundidade feminina no Brasil até 2050, quando a esperança de vida ao nascer para ambos os sexos estaria atingindo os 81 anos de idade:

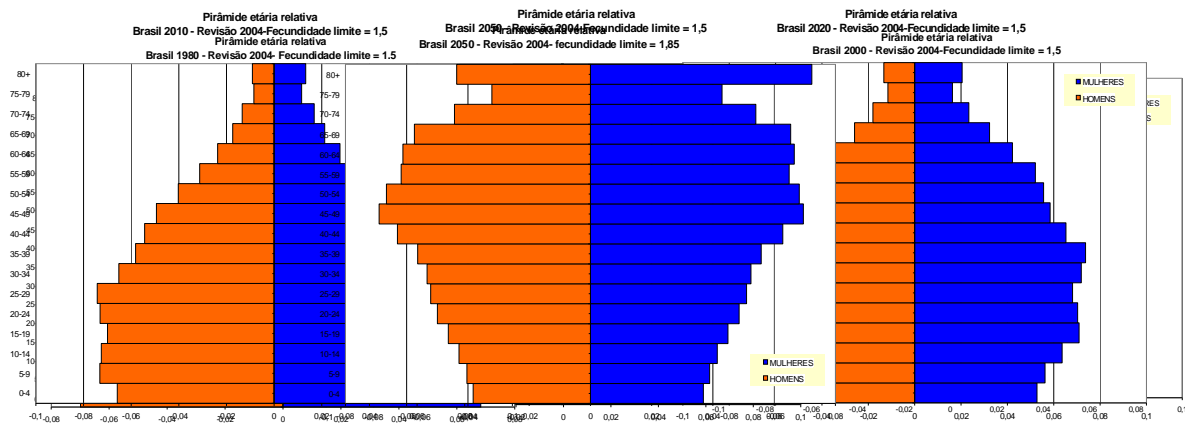
a) Projeção populacional: simulação com hipótese de fecundidade limite igual a **1,85** filhos por mulher.

Pirâmides etárias relativas (1980, 2000, 2010, 2020 e 2050)



b) Projeção populacional: simulação com hipótese de fecundidade limite igual a **1,50** filhos por mulher.

Pirâmides etárias relativas (1980, 2000, 2010, 2020 e 2050)



c) Projeção populacional: simulação com hipótese de fecundidade limite igual a 1,20 filhos por mulher.
Pirâmides etárias relativas (1980, 2000, 2010, 2020 e 2050)

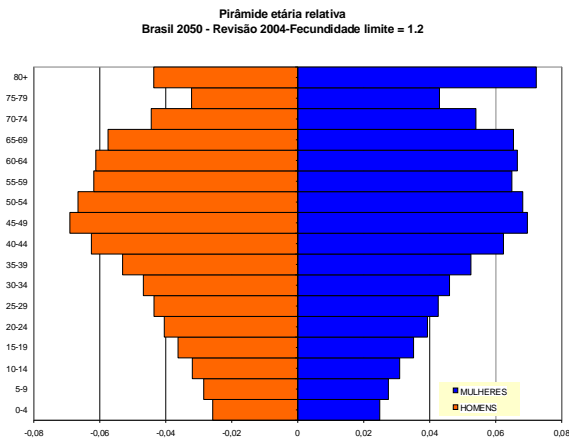
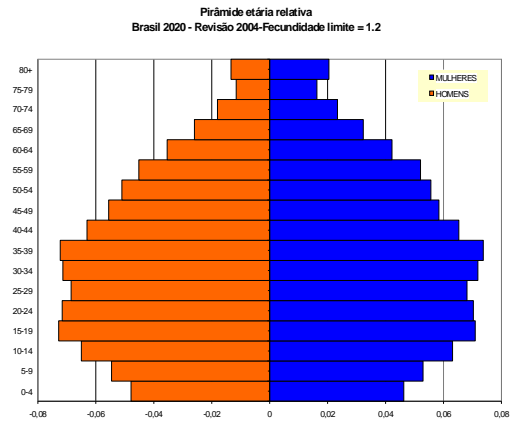
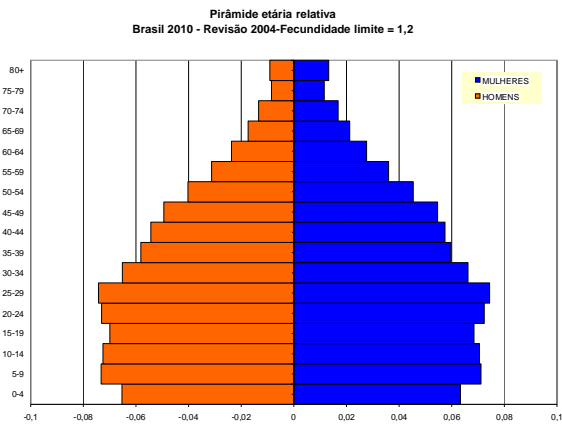
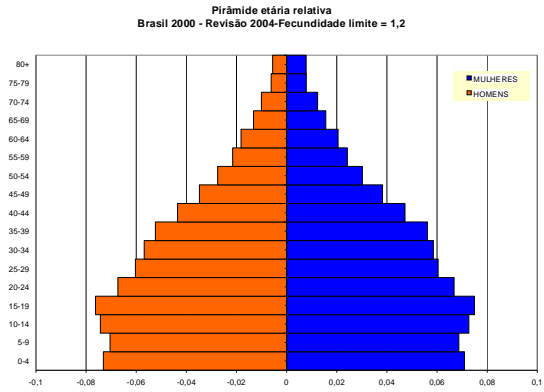
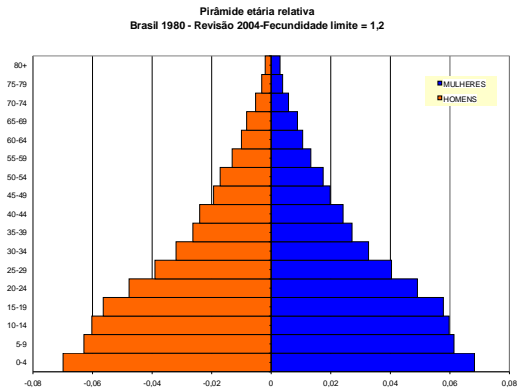


Gráfico 2

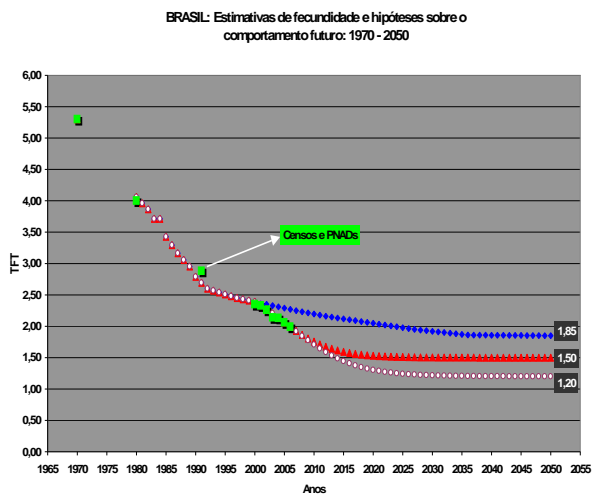


Gráfico 3

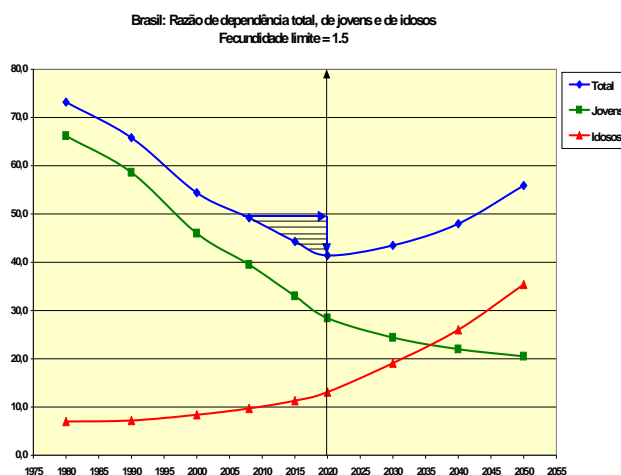
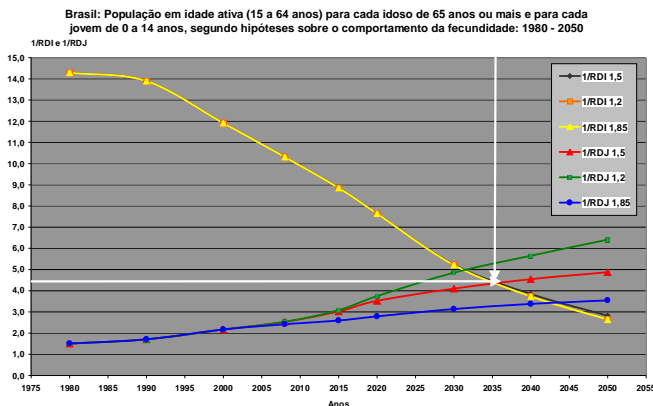


Gráfico 4



As pirâmides etárias ilustradas acima mostram que, mantidas as tendências observadas até 2006 nos parâmetros demográficos, o Brasil caminha a passos largos para possuir uma população cada vez mais envelhecida, fenômeno que, sem sombra de dúvidas, implicará em adequações nas políticas sociais, particularmente aquelas voltadas para atender as crescentes demandas nas áreas da saúde, previdência e assistência social.

O exame da composição etária da população e a observação de sua provável trajetória permite mostrar, inclusive, se o País ingressou ou o provável momento de passagem pela chamada *janela demográfica*. As sociedades que passam pela *janela demográfica* têm, proporcionalmente, um elevado

contingente de pessoas em idade ativa e uma razão de dependência relativamente baixa, configurando um bônus demográfico favorável ao crescimento econômico (Bloom et al., 2003; United Nations Department of Economic and Social Affairs, 2004; Oliveira et al, 2004).

Uma breve análise dos Gráficos 2, 3 e 4 permite constatar que o Brasil passa justamente por este momento: o número de pessoas com idades potencialmente ativas está em pleno processo de ascensão, e a razão de dependência total da população vem declinando em consequência da diminuição do peso das crianças de 0 a 14 anos sobre a população de 15 a 64 anos de idade. Muito embora estes resultados atestem que a influência da perda de participação relativa da população de crianças tenha superado os efeitos do aumento da população idosa, resultando na queda do indicador razão de dependência, este último fenômeno também vem se firmando como fator importante no entendimento da evolução da estrutura etária brasileira. Assim, os ganhos sobre a mortalidade e, como consequência, os aumentos da expectativa de vida, associam-se à relativa melhoria no acesso da população aos serviços de saúde, às campanhas nacionais de vacinação, aos avanços tecnológicos da medicina, ao aumento do número de atendimentos pré-natais, bem como o acompanhamento clínico do recém-nascido e o incentivo ao aleitamento materno, ao aumento do nível de escolaridade da população, aos investimentos na infra-estrutura de saneamento básico e à percepção dos indivíduos com relação às enfermidades. O aumento da esperança de vida ao nascer em combinação com a queda do nível geral da fecundidade resulta no aumento absoluto e relativo da população idosa.

Por volta de 2007 a razão de dependência total atingiu a marca dos 50% e continuará em ritmo decrescente até 2020, quando o indicador retoma uma trajetória ascendente, pressionado pela razão de dependência da população de 65 anos ou mais.

O inverso das razões de dependência de idosos e de crianças mostram situações que incidem sobre o potencial e a dinâmica econômica do País e devem ser consideradas à luz de políticas que promovam a qualificação da mão de obra, da redução da informalidade do mercado de trabalho e da maior participação da população no universo de contribuintes dos sistemas de previdência social. De fato, observa-se que por volta de 2035 para cada idoso com 65 anos ou mais de idade e para cada criança de 0 a 14 anos haverá pouco mais de 4 pessoas em idade potencialmente ativa. Isto significa que os que não lograram ocupar um posto de trabalho, as crianças e os aposentados, direta ou indiretamente, terão o suporte de menos de 4 pessoas.

Portanto, o efeito combinado da queda da fecundidade com o aumento da longevidade encontra-se refletido no alargamento do topo da pirâmide etária, sinalizando transformações no padrão demográfico brasileiro que poderão produzir situações que muitos países europeus já enfrentam.

3. Algumas fontes de dados

Como pôde ser observado, a análise da dinâmica demográfica brasileira, tecida no Capítulo anterior, deixou de considerar uma de suas componentes. Mas, dado que o fenômeno da migração internacional no Brasil retornou à pauta de discussão no âmbito demográfico nacional, são apresentadas algumas experiências no campo da mensuração desta variável demográfica, com o propósito de ilustrar as principais dificuldades no tratamento da questão, particularmente com vistas à sua inclusão na projeção da população do Brasil, muito embora já exista um consenso na comunidade científica brasileira quanto à fragilidade das informações disponíveis para sua quantificação.

3.1. O Programa IMILA

No contexto latino-americano, a fonte de dados que, historicamente, tem sido mais utilizada para determinar os fluxos migratórios entre os países da Região e fora dela são os Censos Demográficos. Como sustenta *Chackiel (1998)*, *dado o envolvimento de mais de um país, muitas vezes com fronteiras comuns, a medição deste fenômeno requer a colaboração dos governos. Isto implica o intercâmbio de informações de diversas fontes, entre as quais o Censo, e a análise de políticas migratórias e sociais dirigidas aos migrantes.* Neste sentido, o Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía, CELADE, iniciou o Programa IMILA (Investigación de la Migración Internacional en Latinoamérica), reunindo informações censitárias, a partir dos anos 1970, da América Latina, Estados Unidos e Canadá.

A União Internacional para o Estudo Científico da População (IUSSP) e a Divisão de Estatística das Nações Unidas recomendam que todos os países colaborem neste intercâmbio, alertando para uma codificação minimamente padronizada e a elaboração de tabelas comparáveis. Este Programa tem proporcionado a determinação de cifras aproximadas de latino-americanos que vivem fora de seus respectivos países de nascimento, além de certas características dos emigrantes como sexo, idade, nível de instrução, ocupação, mortalidade infantil, fecundidade, entre outras. Por outro lado, o Programa vinha enfrentando um problema de natureza metodológica, que consistia na medição da migração de toda a vida, e não a migração por períodos, que usualmente é utilizada nas projeções populacionais. Mas, para superar esta limitação, as Nações Unidas têm recomendado a inclusão da pergunta sobre o lugar de residência anterior numa data fixa, em geral 5 anos antes da data de referência da pesquisa, por oferecer uma referência temporal da migração (*Faijer, 1987*). O Brasil passou a incluir esta pergunta quando da realização do Censo Demográfico de 1991 e a mantém até os dias de hoje, inclusive em sua principal pesquisa anual por amostragem (PNAD).

O Programa IMILA vem se tornando progressivamente uma fonte de consulta e estudos sobre a migração internacional de latino-americanos cada vez mais enriquecida. Basta constatar que, considerando somente os movimentos na região latino-americana e em direção aos Estados Unidos, o número de

migrantes teria passado de 1,5 milhão, em 1960, para 16,1 milhões em 2000 (não estão incluídos os descendentes dos latino-americanos nascidos em território norte-americano) – ver: <http://censtats.census.gov/data/US/01000.pdf>. Contudo, é notório que estes valores estariam subestimados por não incluírem os movimentos fora da América Latina e por não terem sido consideradas as subenumerações dos respectivos censos (CEPAL/CELADE, 2000).

Em particular, no caso do Brasil, os dados compilados pelo CELADE, entre 1990 e 1996, apontavam que o número de brasileiros residindo fora do país, mas no continente americano, totalizava **272.731** pessoas, de acordo com a distribuição ilustrada na Tabela 1.

Tabela 1: Brasileiros de nascimento, segundo o país de residência nas datas dos Censos Demográficos: 1990 - 1996.

Países de residência e anos censitários	Brasileiros residentes
TOTAL	272.731
<i>Argentina (1991)</i>	33.543
<i>Bolívia (1992)</i>	8.586
<i>Chile (1992)</i>	4.610
<i>Colômbia (1993)</i>	1.383
<i>Equador (1990)</i>	903
<i>El salvador (1992)</i>	181
<i>Guatemala (1994)</i>	136
<i>México (1990)</i>	1.293
<i>Nicarágua (1995)</i>	110
<i>Panamá (1990)</i>	618
<i>Paraguai (1992)</i>	107.452
<i>Peru (1993)</i>	2.523
<i>Uruguai (1996)</i>	13.521
<i>Venezuela (1990)</i>	4.223
<i>Canadá (1996)</i>	9.360
<i>Estados Unidos (1990)</i>	82.489

Fonte: CEPAL/NACIONES UNIDAS, Migración Internacional en América Latina. Boletín Demográfico n ° 65. Enero, 2000. Santiago, Chile.

A julgar pelo reduzido número de brasileiros captado pelo Censo Demográfico de 1990 dos Estados Unidos da América, grande parte dos que lá estavam, na ocasião do censo, encontravam-se em situação não regular, fato que certamente os obrigavam a evitar ao máximo o recenseamento.

Contudo, as informações mais recentes contidas na base de dados do Programa IMILA apontam para um incremento de mais 115 mil brasileiros residindo nos países ilustrados na Tabela 2, significando 42,5% a mais que o número

verificado nos censos dos anos 1990. O destaque desta vez vai para o Estados Unidos da América, onde o Censo Demográfico 2000 registrou um contingente de brasileiros residentes superior em 157,5% ao verificado em 1990.

Tabela 2: Brasileiros de nascimento, segundo o país de residência nas datas dos censos demográficos

Países de residência e anos censitários	Brasileiros residentes
TOTAL	388.204
Argentina (2001)	33.748
Bolívia (2001)	14.428
Chile (2002)	6.899
Colômbia (1993)	1.383
Equador (2001)	1.101
El Salvador (1992)	181
Guatemala (2002)	157
México (2000)	2.271
Nicaragua (1995)	110
Panamá (2000)	790
Paraguai (2002)	80.156
Peru (1993)	2.523
Uruguai (1996)	13.521
Venezuela (2001)	4.753
Canadá (2001)	13.755
Estados Unidos (2000)	212.428

**Fonte: Centro Latinoamericano y Caribenho de Demografía (CELADE).
Divisão de População da CEPAL. Programa de Investigação da Migração Internacional na América Latina (IMILA).**

3.2. Os Censos e pesquisas por amostragem no Brasil

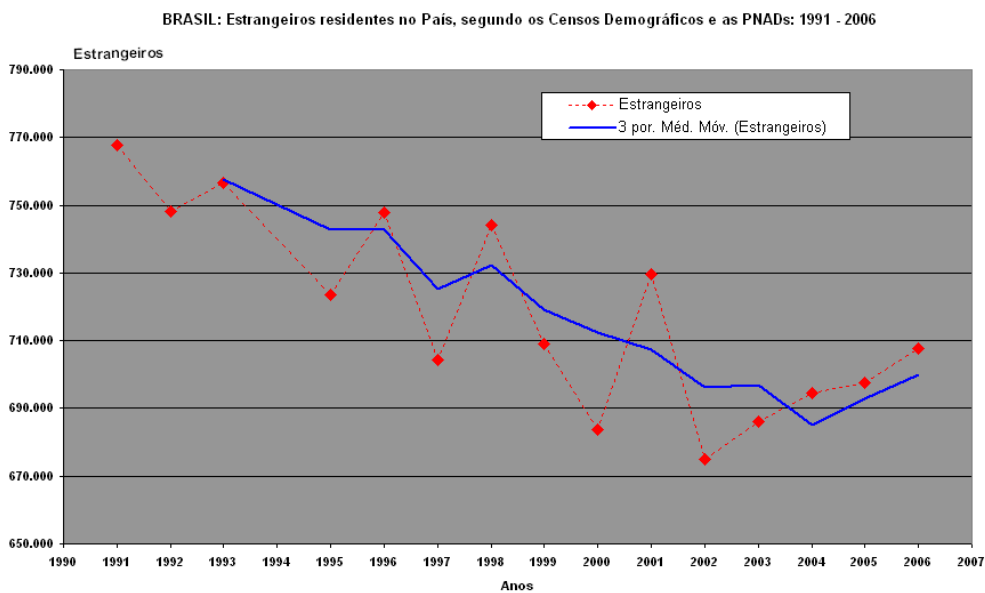
No Brasil, os Censo Demográficos e as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) têm revelado a situação ilustrada no Gráfico 5.

É interessante observar que o número de estrangeiros residentes no Brasil vem, com oscilações, declinando ao longo da década de 1990, em parte por uma possível redução do fluxo imigratório, em parte pelo inevitável efeito da mortalidade sobre gerações de pessoas com idades avançadas. Porém, a partir dos primeiros anos da década de 2000 estes contingentes passam a experimentar paulatinos aumentos. Há indícios de que portugueses, espanhóis e italianos tenham contribuído para este aumento do fluxo imigratório em virtude da presença de grandes empresas originárias destes países em território brasileiro. A esse respeito, vale a pena mencionar que, em 2007, o Ministério do Trabalho concedeu quase 30 mil autorizações de trabalho a estrangeiros,

número 42,6% maior que as 20 mil concessões de 2004 (Jornal O GLOBO de 23 de março de 2008, pág. 41).

Por outro lado, não se pode deixar de considerar a crescente presença, registrada em muitas oportunidades pelos veículos de comunicação, de bolivianos trabalhando em confecções de pequeno e médio portes, particularmente na Região Metropolitana de São Paulo. Em que pesem tais evidências, entre 1991 e 2006 o número de estrangeiros residentes no Brasil ainda teria sofrido uma redução de 60 mil pessoas (7,8%).

Gráfico 5



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNADs

O retorno de brasileiros do exterior pode ser aferido pelo número daqueles que, nas datas dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 residiam no Brasil, mas que retornaram ao território nacional nos anos compreendidos entre 1986 e 1991, e 1995 e 2000. Neste caso, verificou-se um incremento de 181,5% neste contingente, como mostram os dados ilustrados nas Tabelas 3, 3.1 e no Gráfico 6.

Tabela 3: Pessoas que declararam um país estrangeiro de residência há cinco anos antes da data de referência do Censo segundo a nacionalidade. 1986/91 e 1995/00.

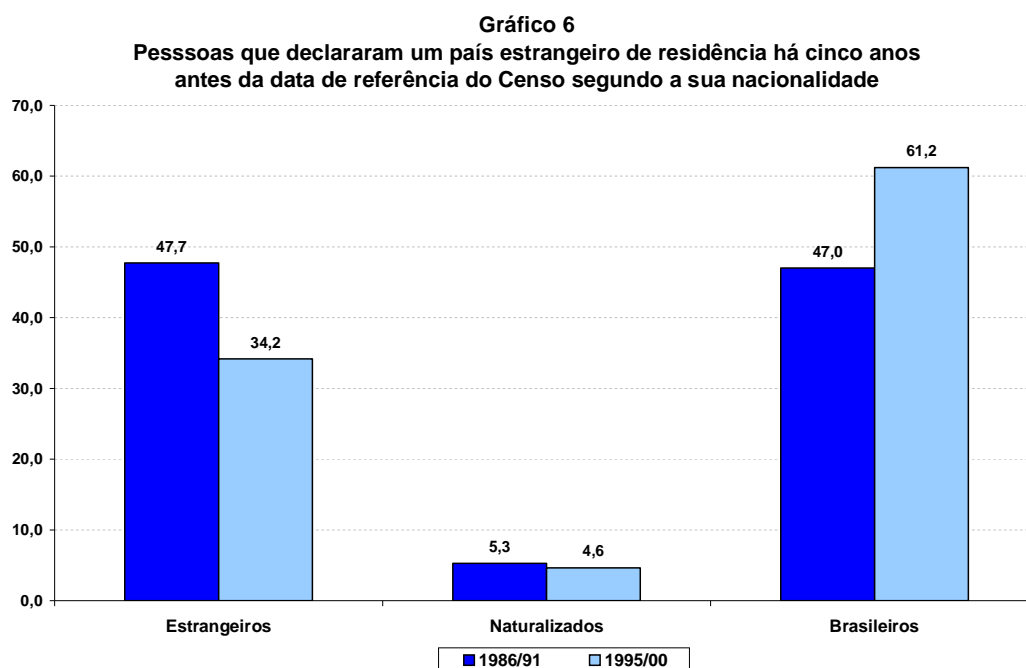
Nacionalidade	Anos censitários		Diferença Relativa (%)
	1991	2000	
Estrangeiros	31609	48898	54,7
Naturalizados	3485	6636	90,4
Brasileiros	31124	87599	181,5
<i>Total</i>	<i>66218</i>	<i>143133</i>	<i>116,2</i>

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Tabela 3.1: Distribuição Relativa por nacionalidade dos que estavam em um país estrangeiro cinco anos antes da data de referência

Nacionalidade	Anos censitários	
	1991	2000
Estrangeiros	47,7	34,2
Naturalizados	5,3	4,6
Brasileiros	47,0	61,2
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000.



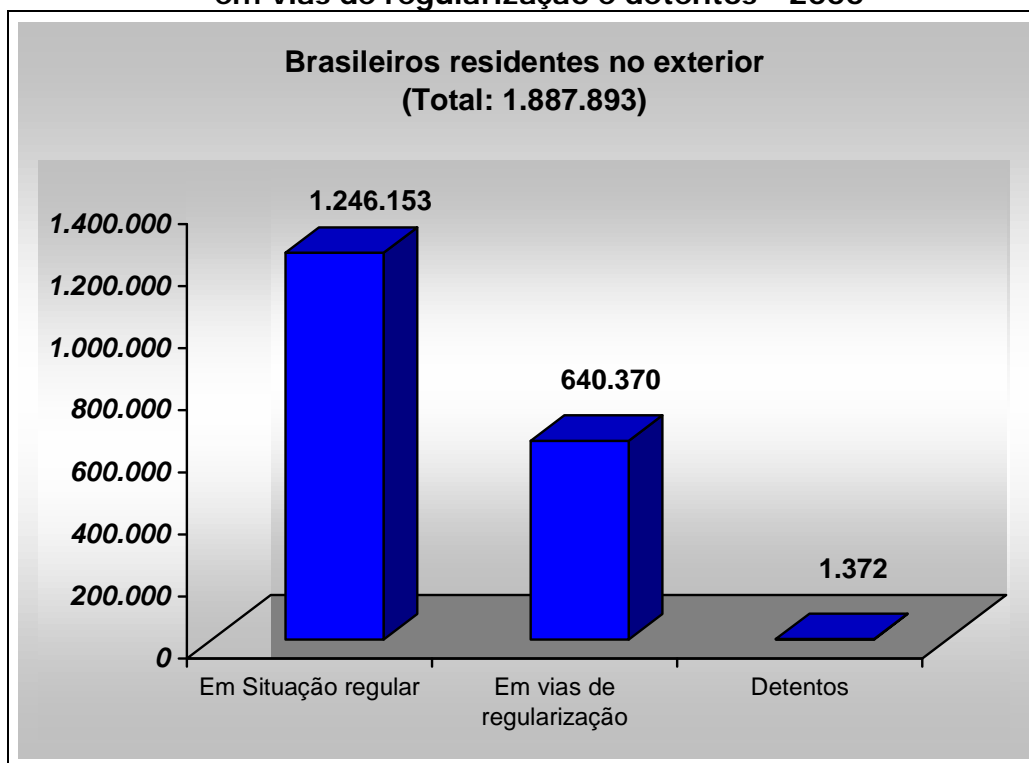
Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000.

3.3. O censo de brasileiros no exterior

Em 2001 foram divulgados os dados referentes ao ano 2000, compilados pelo Serviço Consular de Comunidades Brasileiras no Exterior, do Ministério das

Relações Exteriores do levantamento do número de brasileiros(as) residentes no exterior. Os resultados sintetizados no Gráfico 7 mostram que 78,3% dos quase 1,9 milhões de brasileiros identificados residiam nos Estados Unidos da América (799 mil), Paraguai (454,5 mil) e Japão (225 mil). As cifras referentes aos *brasiguaios* e aos *dekasseguis* podem ser consideradas como representativas dos verdadeiros efetivos, entretanto, a que se refere aos brasileiros nos Estados Unidos pode conter um alto grau de subenumeração, tendo em vista que o chamado “Censo dos Brasileiros no Exterior” não teria captado aqueles que se encontravam em situação totalmente irregular.

Gráfico 7
Brasileiros residentes no exterior, em situação regular, em vias de regularização e detentos - 2000



Fonte: Ministério das Relações Exteriores

No site:

<http://agencia.tse.gov.br/sadAdmAgencia/arquivoSearch.do?acao=getBin&arqId=847356&filename=Tabela>

É divulgada tabela com fonte “Ministério das Relações Exteriores (MRE) – estimativa de brasileiros residentes no exterior a partir de dados obtidos em 2005 e divulgados em 2006; e Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF) – número de eleitores no exterior atualizado em 30/05/2007”, que totaliza **2.794.977** brasileiros residindo no exterior distribuídos em duas categorias, a saber: “**Regulares**” (49,4%) e “**Irregulares**” (50,6%), segundo as Embaixadas/Consulados no mundo. Como não foi possível reunir informações detalhadas sobre a metodologia para a obtenção das cifras apresentadas na tabela em questão, até a oportunidade em que este

documento foi concluído, não seria prudente tecer comentários exaustivos sobre este números, porém o registro deve ser feito.

Como pode ser constatado até o momento, os caminhos que levam à mensuração da migração internacional são bastante tortuosos, particularmente quando as fontes de informação não são completas o suficiente para serem utilizadas em cálculos que requerem uma precisão aceitável. Tais limitações são, em grande parte, conseqüência direta das possíveis implicações que envolvem as relações entre as Nações no âmbito diplomático. Paralelamente, pode-se também deduzir que a qualidade da informação sobre a migração internacional guarda estreita relação com as tomadas de decisão no plano individual ou familiar daqueles que, muitas vezes, põem em risco suas próprias vidas cruzando fronteiras internacionais.

4. Mensuração indireta: algumas tentativas

Perseguindo o propósito de produzir alguma estimativa do saldo migratório internacional para o Brasil, *Oliveira et al.* (1996), apresentaram seus primeiros números a partir da comparação das populações esperada e observada em 1991, após corrigirem o grau de subenumeração censitária, supondo-se que este fenômeno teria se processado em igual proporção, tanto em 1980, como em 1991. Dessa forma, estimaram em aproximadamente **1,3 milhão** o indicativo do saldo migratório internacional negativo para o período 1980-1991, e correspondente às **pessoas com idades entre 20 e 44 anos de idade, sendo 964,8 mil homens e 297,9 mil mulheres**. Estes valores estão dentro do intervalo de variação definido por *Carvalho* (1996), no qual a **estimativa mínima**, elaborada a partir da hipótese de mortalidade constante entre 1970 e 1980, situava o saldo migratório internacional em **741 mil homens e 302 mil mulheres de 10 anos ou mais**. Já a **estimativa considerada máxima** pelo autor, com suposto de declínio da mortalidade, este saldo negativo apontava **1,35 milhão de homens e 1,18 milhão de mulheres na mesma faixa etária**. A Tabela 4 resume estes comentários.

Tabela 4: Comparação das estimativas do saldo migratório internacional para o Brasil na década de 1980

Sexo	Carvalho Estimativa Mínima	Oliveira E Colaboradores	Carvalho Estimativa Máxima
Ambos os sexos	-1.043.000(**)	-1.262.639 (*)	-2.530.000(**)
Homens	-741.000(**)	-964.785(*)	-1.350.000(**)
Mulheres	-302.000(**)	-297.854(*)	-1.180.000(**)

(*) População de 20 a 44 anos de idade

(**) População de 10 anos ou mais

Com o intuito de cobrir parte da década de 1990, com os resultados da Contagem da População 1996, *Oliveira* (2001) elaborou um novo conjunto de

estimativas para o saldo migratório anual por sexo e idade para o Brasil e o introduziu numa simulação, utilizando modelo de projeção de população pelo método das componentes demográficas. O esquema seguido foi o seguinte: a) inicialmente, de posse da população-base da projeção – população por sexo e grupos quinquenais de idade localizada temporalmente em 01.07.1980 – e dos respectivos parâmetros de fecundidade e de mortalidade, procedeu-se a uma projeção vegetativa até 1996; b) as populações por sexo e grupos de idade resultantes do Censo Demográfico 1991 e da Contagem da População 1996 foram comparadas com as correspondentes projeções vegetativas, c) como o fenômeno da emigração internacional no Brasil não tende a seguir um padrão migratório tipicamente familiar, considerou-se, por hipótese, que a quase totalidade do volume estimado estivesse concentrada entre os grupos etários de 15 a 19 e 30 a 34 anos, e d) também por hipótese, o saldo migratório internacional negativo tenderia a zero até 2010. A Tabela 5 destaca os parâmetros demográficos implícitos nesta simulação de projeção da população do Brasil.

Com isso, o saldo migratório negativo final estimado para o período de 1980-1996 foi de 844.089 pessoas, divididas entre 676.677 homens e 167.412 mulheres. Ao período de 1980-1991 coube a parcela de 677.589 pessoas, como saldo migratório internacional negativo, e ao quinquênio seguinte, o montante de 166.500 pessoas. Neste sentido, a Tabela 6 resume os resultados da referida simulação para os anos de 1991 e 1996, ao mesmo tempo que os compara com aqueles oriundos do Censo Demográfico 1991 e da Contagem da População 1996. Os Gráficos 8 e 9, por sua vez, ilustram, respectivamente, para os sexos masculino e feminino, os respectivos padrões por idade final obtido para o indicativo do saldo migratório internacional do Brasil. É importante frisar que este procedimento traz implícito dois pressupostos básicos: que os Censos Demográficos e a Contagem da População não estejam afetados por problemas de subenumeração e que não tenha ocorrido erros na declaração de idade.

Tabela 5: Parâmetros demográficos implícitos na projeção da população do Brasil: 1980 – 2010

Parâmetros Demográficos	1980	1991	1996	2010
<i>Esperança de Vida ao Nascer (ambos os sexos)</i>	61,74	66,05	67,44	71,82
<i>Taxa de Fecundidade Total</i>	4,02	2,61	2,32	2,08
<i>Saldo</i>				

Migratório Internacional Anual				
Homens				
<i>15 a 19</i>	-12.121	-12.121	-6.000	0
<i>20 a 24</i>	-25.393	-25.393	-12.000	0
<i>25 a 29</i>	-9.997	-9.997	-4.500	0
<i>30 a 34</i>	-3.096	-3.096	-1.500	0
Mulheres				
<i>15 a 19</i>	-1.584	-1.584	-1.250	0
<i>20 a 24</i>	-5.489	-5.489	-5.000	0
<i>25 a 29</i>	-1.074	-1.074	-700	0
<i>30 a 34</i>	-1.742	-1.742	-1.300	0
<i>35 a 39</i>	-1.103	-1.103	-1.050	0

Fonte: IBGE, Simulação da Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 1980-2010.

Tabela 6: Brasil: Comparação das populações projetadas e observadas: 1991 e 1996

Especificação	População total
Censo Demográfico de 1991 - A	146.825.475
Projeção da População (*) - B	146.871.492
<i>Diferença Absoluta (B-A)</i>	46.017
<i>Diferença Relativa (%) - [(B-A)/B]*100</i>	0,03
Contagem da População de 1996	157.070.163
Projeção da População (**)	157.674.458
<i>Diferença Absoluta</i>	604.295
<i>Diferença Relativa (%)</i>	0,38

Fonte: IBGE, Censo demográfico 1991

Contagem da População 1996.

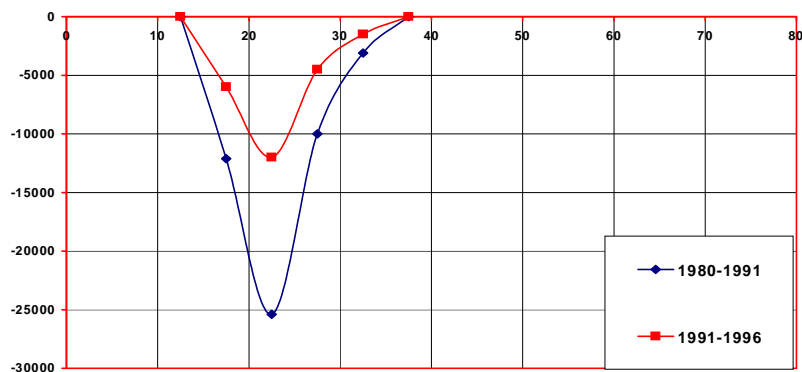
Simulação da Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 1980- 2010.

Notas: (*) População em 01.09.1991.

(**) População em 01.08.1996.

Gráfico 8

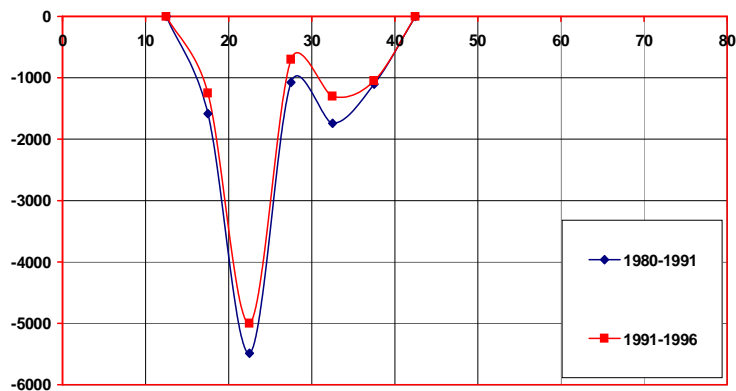
Brasil- sexo masculino - Indicativo do saldo migratório internacional anual 1980-1991 e 1991-1996



Fonte: IBGE/DPE/Departamento de População e Indicadores Sociais.

Gráfico 9

Brasil- sexo feminino - Indicativo do saldo migratório internacional anual 1980-1991 e 1991-1996



Fonte: IBGE/DPE/Departamento de População e Indicadores Sociais.

Em 2007, *Carvalho e Campos*, incorporando as informações provenientes do Censo demográfico 2000 e de sua Pesquisa de Avaliação pós-censitária, estimaram em -550 mil pessoas o saldo migratório internacional, correspondente à população de 10 anos ou mais, para a década de 1990. Destes, 53,5% eram referentes à população masculina e 46,5%, ao segmento feminino.

5. Considerações finais

Muito embora tenham sido apresentados vários exemplos que, em tese, poderiam apreender o real efetivo de brasileiros que deixaram o país com o propósito de fixar residência no exterior, este estoque por si só não seria suficiente como informação explicativa para o fenômeno da migração internacional. Esta é uma variável demográfica revestida de complexidade de aferição e de multiplicidade de fatores associados. Ao traçar um contínuo interligando a migração voluntária e desejada até o chamado “tráfico de pessoas”, passando pelos movimentos migratórios forçados por diversos motivos, há um vasto elenco de condicionantes os quais constituem um vácuo desconhecido nas análises sociodemográficas.

No caso particular do Brasil existem variações substanciais nas cifras estimadas para o contingente formado por pessoas que migraram para outros países. Além disso, não se sabe ao certo quando este fenômeno começou a despertar o interesse dos brasileiros e como ele foi ocorrendo com o passar dos anos. De certo, sabe-se que o fenômeno é relativamente recente quando comparado com as sucessivas correntes migratórias de sul, centro-americanos e mexicanos, em particular para os Estados Unidos da América. Mas, ainda cabem as indagações: neste início do século XXI, estaria realmente ocorrendo um retorno ao país, particularmente dos brasileiros que emigraram para os Estados Unidos da América e Europa, como a mídia vem noticiando? Estaria ocorrendo uma mudança de rota, desta vez para Austrália, Nova Zelândia e Canadá, países com baixa densidade demográfica, mas que oferecem níveis de remuneração do trabalho semelhantes aos europeus? Qual o padrão por sexo e idade dos emigrantes? E o balanço entre entradas de estrangeiros e saídas de brasileiros, que resulta no saldo migratório internacional para sua incorporação nos modelos de projeção da população do país, como seria devidamente localizado ao longo do tempo?

A esse respeito, o IBGE está em fase de estudos e testes com vistas a incorporar perguntas específicas no Censo Demográfico 2010 que possam preencher grande parte destas lacunas, proporcionando uma melhor compreensão do fenômeno. É importante ainda registrar que, em suas últimas revisões, o IBGE, assim como o CELADE, não têm incorporado a migração internacional (saldo migratório internacional negativo) em suas projeções populacionais. Considera-se que, **em termos relativos**, o componente migratório é demasiadamente pequeno dado o volume da população brasileira e que seu **nível** não é de todo conhecido. Além disso, um aspecto relevante

que não pode deixar de ser considerado é o fato de que parte expressiva dos brasileiros que migraram para o exterior encontra-se em situação irregular. E, em face das medidas cada vez mais restritivas e das atuais demonstrações de intolerância quanto à entrada e à presença de imigrantes ilegais nos Estados Unidos e União Européia, o Brasil poderá experimentar uma contracorrente de retornados, os quais deverão ser cobertos por programas que se inserem na chamada rede de proteção social. Nestes termos é factível não deixar de fora aqueles que, em algum momento, poderão constar do universo de potenciais demandantes de atendimento pelos Sistemas de Saúde Pública, de Segurança Alimentar, de Previdência e de Assistência Social.

6. Referências bibliográficas e adicionais

BOLETÍN DEMOGRÁFICO. Migración Internacional en América Latina. Santiago de Chile : CEPAL/CELADE, v. 33 , n . 65 , Ene . 2000.

BLOOM, David E.; **CANNING**, David and **SEVILLA**, Jaypee. *The Demographic Dividend: A New Perspective on the Economic Consequenses of Population Change*. Santa Monica, CA: RAND (2003).

CARVALHO, José Alberto Magno de. O saldo dos fluxos migratórios internacionais do Brasil na década de 80: uma tentativa de estimação. Trabalho apresentado na mesa-redonda: Migração internacional no Brasil hoje: fontes de Dados, sistemas de informação e diagnóstico preliminar. Seminário Migração Internacional e Cidadania. Brasília-DF, 4 e 5 de out., 1995; NESUR/UNICAMP, NEPO/UNICAMP e Ministério da Justiça. In: Migrações internacionais herança XX agenda XXI. Programa interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento da Migrações Internacionais no Brasil. Campinas : FNUAP , 1996. vol. 2.

CARVALHO, José Alberto Magno de; **CAMPOS**, Marden Barbosa de. *O Saldo Migratório no Brasil na Década de 1990*. Trabalho foi apresentado no V Encontro Nacional sobre Migrações. NEPO/UNICAMP. Campinas, 15 a 17 de outubro de 2007.

CARVALHO, José Alberto Magno de. *Migrações Internacionais no Brasil nas Duas Últimas Décadas do Século XX: Algumas Facetas de um Processo Complexo Amplamente Desconhecido*. In: Migrações Internacionais e Previdência Social. Coleção Previdência Social, Vol. 25. Ministério da Previdência Social. Brasília, 2006. 188 p.

CASTIGLIONI , Aurélia , **DUCHENE** , Josianne . Une mesure indirecte des migrations internationales : L´influence du schème de fecondite sur la structure par age des emigres. Louvain la Neuve , Bélgica : CIACO , 1986. 19 p .(Working Paper, n . 133).

CHACKIEL, Juan. Los temas demográficos en los censos de América Latina. in: Seminário de trabalho, 2, 1997, Rio de Janeiro. O censo 2000 no MERCOSUL. Rio de Janeiro : IBGE, 1998. 314 p. p. 107 – 118.

FAIJER, Dirk Jaspers. Algunas notas sobre la estimación de la migración internacional, *Notas de Población*, Santiago de Chile, v. 15, n. 43, p. 25 – 53, abr, 1987.

HILL, Kenneth. Estimación de la emigración por edades a partir de la información sobre Residencia de hermanos. *Notas de Población*, VII (21), 1979.

INTERNATIONAL migration policies and programmes : A world survey, New York : United Nations, 1982, 111 p. (Population Studies, n. 80). ST / ESA / SER. A /80.

MADEIRA, João Lira, **SIMÕES**, Celso Cardoso da Silva. Estimativas preliminares da população urbana e rural segundo as unidades da federação, de 1960/1980 por uma nova metodologia. *Revista Brasileira de Estatística*, v.33, n.129, p.3-11, jan./mar. 1972.

MENDES, Márcia Martins Salgado, **OLIVEIRA**, Juarez de Castro, **FERNANDES**, Fernando, et al. Projeção preliminar da população do Brasil para o período 1980 - 2020. Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 1994, paginação irregular. (Textos para discussão, n. 73).

OLIVEIRA, Juarez de Castro, et al. Notas sobre a migração internacional no Brasil na década de 80. Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 1996, paginação irregular. (Textos para discussão, n. 85). Trabalho apresentado na mesa-redonda: Migração internacional no Brasil hoje: fontes de Dados, sistemas de informação e diagnóstico preliminar. Seminário Migração Internacional e Cidadania. Brasília-DF, 4 e 5 de out. 1995. NESUR/UNICAMP, NEPO/UNICAMP e Ministério da Justiça.

OLIVEIRA, Juarez de Castro. Projeções e estimativas populacionais no IBGE: Presente, passado e perspectivas. Trabalho apresentado no XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. Caxambu, 23 a 27 de out., 2000.

OLIVEIRA, Juarez de Castro. "O Retorno da Migração Internacional como Componente da Dinâmica Demográfica Brasileira – Até Quando?". Trabalho apresentado no Seminário sobre Migrações Internacionais – Contribuições para Políticas. Brasília, CNPD, 6 e 7 de dezembro de 2000. In: Migrações Internacionais – Contribuições para Políticas, CNPD, Brasília, agosto, 2001, pp. 253 – 274.

OLIVEIRA, Juarez de C. e **ALBUQUERQUE**, Fernando R. P. de C. e. PROJEÇÃO da população da brasil – PARTE 1 – Níveis e padrões da mortalidade no Brasil à luz dos resultados do Censo 2000. Rio de Janeiro, IBGE, 2003.

Disponível em <http://www.ibge.gov.br> em População / Tábuas Completas de Mortalidade / Notas Metodológicas.

OLIVEIRA, Juarez de C. e **ALBUQUERQUE**, Fernando R. P. de C. e. Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o período 1980-2050 – Revisão 2004. Metodologia e resultados. Estimativas Anuais e Mensais da População do Brasil e das Unidades da Federação: 1980- 2020. Metodologia. Estimativas das Populações Municipais. Metodologia. Rio de Janeiro, IBGE, 2004. Disponível em <http://www.ibge.gov.br> em População / Projeção da População / Metodologia.

PATARRA, Neide Lopes (coord.) .Migrações internacionais herança XX agenda XXI . Programa interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento da Migrações Internacionais no Brasil. Campinas : FNUAP , 1996 . 2 v. .

PELLEGRINO , Adela . La migración internacional en América Latina . *Pensamiento iberoamericano* : Revista de economía política , n . 28 , p . 177 – 209 , Jul . / dic .1995.

PELLEGRINO, Adela . Migración internacional de latinoamericanos en las Américas [S . I .] Universidad Católica Andres Belo : Celade , [198-] 151 p.

RECOMMENDATIONS on statistics of international migration. New York : United Nations , 1980 , 73 p. (Statistical Papers. Serie M / 58).

SOMOZA, Jorge. Uma ideia para estimar la población emigrante por sexo y edad en el censo de um País. *Notas de Población*, CELADE, Año V n° 15, 1977.

UNITED NATIONS Department of Economic and Social Affairs / Population Division. World Population to 2300. New York, 2004.